PROCESSO N.º CEE nº 0004/76		
INTERESSADO: GRUPO ESCOLAR - Ginásio "Prof.ª Nicota Soares" Itapeva		
ASSUNTO: Solicita convalidação de atos escolares praticados de 1970 a 1975		
RELATORA: Consa. Maria da Imaculada Leme Monteiro		
PARECER N. 227/76	CÂMARA/COMISSÃO CPG	APROVADO EM 10.03.76
ESPECIFICAÇÃO DE PLENÁRIO PLENO		

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO:-

O presente processo foi aberto com um ofício do sr. Diretor do GEG "Prof.ª Nicota Soares", de Itapeva, datado de 23/10/74, dirigido ao sr. Coordenador do Ensino Básico e Normal, solicitando "a aprovação e competente homologação do currículo de 5ª a 8ª série, 1º grau..."

O currículo anexado é o seguinte:

		5ª	6ª	7ª	8ª
DISCIPLINAS	Português	5	5	4	4
OBRIGATORIAS	Iniciação às Ciências Fís. e Biol.	1	1	1	1
	Ciências Fís. e Biol.	3	3	-	-
	Matemática	4	4	4	4
	Estudos Sociais	4	4	4	4
	Educ. Moral e Cívica	-	2	-	-
	O.S.P.B.	-	-	-	2
DISCIPLINAS	Desenho	3	2	3	3
COMPLEMENTARES	Inglês	3	2	3	3
RES. OBRIG.					
SOMA		22	22	21	22
PRÁTICAS	Educ. Física	3	3	3	3
EDUCATIVAS	Educ. Musical	2	2	2	2
SOMA TOTAL		27	27	26	27
	Religião	1	1	1	1

2 - A fls. 3 está um ofício de 24/10/74 do sr. Delegado de Ensino Básico ao sr. Diretor da IV Divisão Regional de Educação:

"Encaminho a V.S. o currículo da 5ª a 8ª séries do Grupo Escolar Ginásio "Prof.ª Nicota Soares", em Itapeva, que foi analisado por esta DEB e se encontra em condições de ser aprovado por V.S. e homologado pela CEBN".

3 - Verificada a composição do currículo pela Encarregada desse setor na IV DRE de Sorocaba, foi notada sua irregularidade.

Como o GEG recebia orientação pedagógica da extinta DAP, foi solicitada ao estabelecimento informação sobre a existência de algum Parecer desse órgão.

4 - Em 25/11/74, o sr. Diretor do Estabelecimento declara de acordo com informação prestada pelo primeiro Diretor que não existe parecer da DAP em relação ao currículo apresentado; porém, em reunião realizada no dia 26/02/70, no GESC "D. Pedro II", Capital, o currículo do Grupo Escolar - Ginásio foi organizado, conforme orientação desse Departamento.

5 - Foi, então, o processo encaminhado ao Departamento do Ensino Básico, da CEBN, a 9/12/74.

Face à não existência de documento atestando as informações da DAP, o processo tramitou por vários órgãos técnicos, recebendo pareceres, em que, além de apontar a irregularidade, é manifesta a estranheza quanto a demora do pedido de homologação do currículo, que foi organizado em 1970, salientando-se o fato de já grande número de alunos haverem terminado a 8ª série no estabelecimento e muitos já não residirem na cidade.

6 - Finalmente, o sr. Diretor da IV DRE, Sorocaba, indicou o encaminhamento do expediente ao CEREUPE "Prof. Laerte Ramos de Carvalho", órgão sucessor da extinta DAP, para se manifestar.

A sra. Diretora do referido Centro sugeriu o encaminhamento a este Colegiado para que fosse estudada a possibilidade de se convalidarem os atos escolares, de 1970 a 1975, praticados no estabelecimento em questão.

Em janeiro do corrente, deu entrada na Câmara do 1º grau.

Foi baixada diligência junto à Escola para esclarecimentos indispensáveis ao estudo do caso.

Apreciação:

É realmente estranho que durante tanto tempo tenha passado despercebida, a mencionada irregularidade.

O currículo deveria obedecer a Resolução CEE nº 7/63, que estabeleceu normas para a organização dos currículos de cursos de grau médio, o que não acontece.

Na relação das disciplinas obrigatórias consta "Estudos Sociais" em vez de "História" e "Geografia".

Não há disciplinas optativas.

Não há nove disciplinas no curso.

Se consideramos, porém, não a letra, mas o espírito da legislação, podemos aceitar o currículo adotado como válido, em seu conteúdo, embora não correto.

1 - Em resposta à diligência baixada, o estabelecimento anexou o conteúdo programático de "Estudos Sociais", de 1970 a 1975.

Verifica-se que entram como conteúdos específicos a História Geral e do Brasil e a Geografia Geral e do Brasil, tratados como área de estudos, de acordo com a conceituação adotada pela Lei nº 5692/71.

Pode-se considerar preenchido o elenco das disciplinas obrigatórias do sistema federal, nos termos da Lei nº 4024/61, e o núcleo comum da Lei nº 5692/71.

2 - Educação Moral e Cívica e O.S.P.B. figuram como disciplinas obrigatórias, respectivamente na 5ª e na 8ª série. Em 1970, O.S.P.B., não era disciplina obrigatória. Logo, pode ser contada como disciplina optativa. "Desenho" ou "Inglês", ministrados nas 4 séries como disciplinas obrigatórias complementares podem ser consideradas optativas nos termos do § 1º do artigo 2º da Resolução CEE nº 7/63 e do §1º do artigo 3º da citada Resolução.

Educação Moral e Cívica não entra no cômputo das disciplinas, pois foi incluída em 1969, posteriormente à Lei nº 4024/61.

3 - Considerando ainda sob o aspecto da Lei nº 5692/71, podemos interpretar como conteúdo satisfatório:

O núcleo comum correspondente as disciplinas obrigatórias do sistema federal. Inglês e Desenho podem ser contados como parte diversificada.

Ed. Musical como Ed. Artística, Constam, assim, as matérias do artigo 7º, exceto Programas de Saúde que, provavelmente, está incluído em Ciências, como se verifica pelos livros didáticos utilizados nas escolas.

Em face do exposto, e considerando que não houve má fé por parte do estabelecimento e três turmas de alunos já concluíram o curso com esse currículo.

II - CONCLUSÃO

É nosso voto:

1- Sejam convalidados os atos escolares praticados pelos alunos no GEG "Profª. Nicota Soares", de Itapeva, de 1970 a 1975 inclusive.

2- Sejam tocadas, com valência, as devidas providências pelo órgão competente, para o corrente ano letivo.

São Paulo, 11 de fevereiro de 1976

a) Consa. Maria da Imaculada Leme Monteiro

Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota como seu Parecer o voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros João Baptista Salles da Silva, José Borges dos Santos Jr., José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Thezinhinha Fram.

Sala da Câmara do Primeiro Grau, em 11 de fevereiro de 1976

a) Cons. Mons. José Conceição Paixão

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 10.3.76

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente